

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

Título: Refinarias na vitrine	5
Título: Temer assina decreto que abre caminho para privatizar Eletrobrás	8

Folha de S. Paulo

Título: Ex-ministro indica novo chefe da EPE, que agrada ao mercado	10
Título: Barreiras à desestatização crescem	11
Título: Temer destrava privatização da Eletrobrás com decreto	11

O Estado de S. Paulo

Título: Eletrobrás é incluída em plano de desestatização	19
--	----

Correio Braziliense

Título: Sai decreto da Eletrobras	27
---	----

Valor Econômico

Título: Ressalva em decreto põe em risco privatização rápida da Eletrobrás	30
Título: Relator de projeto sobre estatal indica diretor para ONS	31
Título: A governabilidade da administração em jogo	32
Título: Novo leilão pode tornar energia eólica mais cara	35
Título: Medida marca nova abertura do setor	44

Sumário

VEÍCULO: O Globo	4
Título: Senhores do vento	4
Título: Refinarias na vitrine	5
Título: Temer assina decreto que abre caminho para privatizar Eletrobrás	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Lobby e emendas com texto quase idêntico tentam alterar a MP do gás	9
Título: Ex-ministro indica novo chefe da EPE, que agrada ao mercado	10
Título: Barreiras à desestatização crescem	11
Título: Temer destrava privatização da Eletrobrás com decreto	11
Título: Petrobras confirma a venda de 25% da capacidade de refino	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Preço do etanol cai e espera-se maior demanda	14
Título: B3 "devolverá" R\$ 22 mi em sinergias com fusão	15
Título: Quem não quer a Eletrobrás privatizada	16
Título: Petrobrás vai privatizar 4 refinarias	17
Título: Eletrobrás é incluída em plano de desestatização	19
Título: É preciso ajustar para crescer, diz Guardia	20
Título: Enel aumenta proposta pela Eletropaulo	21
Título: 'Quero renegociar preços de Itaipu pelo valor de mercado'	22
VEÍCULO: Correio Braziliense	25
Título: A rota da Lava-Jato	25
Título: Sai decreto da Eletrobras	27
Título: Petrobras negocia refinarias	28
Título: Gasolina abaixo de R\$ 4 está difícil	29
VEÍCULO: Valor Econômico	30
Título: Ressalva em decreto põe em risco privatização rápida da Eletrobrás	30
Título: Relator de projeto sobre estatal indica diretor para ONS	31
Título: A governabilidade da administração em jogo	32

Título: Novo leilão pode tornar energia eólica mais cara	35
Título: Logística custa R\$ 15,5 bi a mais em dois anos com infraestrutura precária e restrição urbana	37
Título: Petrobras e Odebrecht chegam a impasse	40
Título: Novo crédito esbarra em estrutura de garantias	41
Título: Petrobras venderá quatro refinarias	42
Título: Medida marca nova abertura do setor	44
Título: Destaques	45
Título: Minoritários indicam dois nomes ao conselho da Braskem	46
Título: Renuka pode iniciar moagem na Usina Madhu em meio a impasse jurídico	47
Título: Destaques	48

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Claudio Sales e Alexandre Uhlig****Título: Senhores do vento**

A voracidade arrecadatória dos políticos acaba de ultrapassar os maiores absurdos já registrados em Brasília, terra que parece viver em realidade diferente da que vivemos no resto do Brasil.

Num ramo que já sofre com uma carga de tributos e encargos equivalente a 51% da receita bruta operacional das empresas do setor elétrico, tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 97 de 2015, de autoria do deputado federal Heráclito Fortes (PSB-PI), que prevê a participação no resultado ou compensação financeira (royalties) pela exploração de recursos eólicos aos estados, Distrito Federal, municípios e órgãos da administração direta da União.

Essa iniciativa parlamentar não deixa dúvidas: a motivação de alguns legisladores não é criar um ambiente previsível para quem investe no país e para quem depende de eletricidade para sua produção ou consumo final. A motivação é inventar as piores formas para aumentar a arrecadação que financia a ineficiência do Estado.

Os congressistas que se animaram com a ideia acima precisam saber que a origem da cobrança dos royalties estava ligada à intenção de prover alguma compensação para a extração de recursos naturais finitos nas terras “pertencentes ao rei”, tais como madeira, água e recursos minerais. A palavra royalty deriva de royal, ou “aquilo que pertence ao rei”.

Na atualidade, royalty é o termo que designa o valor pago ao detentor de recurso natural finito, produto, marca, patente de produto, processo de produção, ou obra original, pelos direitos de exploração, uso, distribuição ou comercialização do referido produto ou tecnologia. Este definitivamente não é o caso dos ventos, que não têm nada de “finitos”. A exploração da energia eólica tampouco remete à necessidade de compensação financeira, modelo usado para energia hidráulica.

No caso de usinas hidrelétricas — embora não conste da lei que criou a Compensação Financeira pelo Uso de Recurso Hídrico (CFURH) —, a motivação foi compensar a perda de renda gerada pela área inundada com a formação dos reservatórios. Portanto, o objetivo da lei que criou a CFURH foi compensar estados e municípios pelos tributos que deixaram de ser arrecadados pela exploração econômica da área que foi inutilizada.

Este também não é o caso da energia eólica: as instalações eólicas não inviabilizam o uso da área onde elas são instaladas. Se não bastassem os argumentos puramente racionais acima — o uso dos ventos não exige pagamento ou “compensação” a quem quer que seja —, não existe registro de cobrança de royalties por geração eólica em nenhuma parte do planeta.

Permitiremos que nossos políticos criem mais uma das nossas “jabuticabas”, que só geram ineficiência para o setor elétrico e para a economia do país? Uma ineficiência que passará a ser paga de forma permanente pelos consumidores de energia elétrica?

Claudio Sales e Alexandre Uhlig são presidente e diretor do Instituto Acende Brasil

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez E Bruno Rosa

Título: Refinarias na vitrine

Petrobras vai vender controle de quatro unidades de refino, estimadas em até US\$ 10,7 bi

A Petrobras anunciou ontem um plano de venda do controle de quatro de suas 13 refinarias, divididas em dois blocos: duas no Nordeste e duas no Sul. Juntas, as quatro unidades representam 37% da capacidade de refino no país. O projeto foi apresentado ontem ao mercado pelo presidente da estatal, Pedro Parente, em evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O modelo prevê, em um dos blocos, a venda de 60% do capital das refinarias Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, e Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. No outro pacote, a empresa pretende se desfazer também de 60% da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, e da Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná.

Em ambos os casos, a venda inclui terminais e dutos. De acordo com um relatório do banco UBS enviado a clientes ontem, ao qual o GLOBO teve acesso, a estatal pode arrecadar entre US\$ 8,9 bilhões e US\$ 10,7 bilhões com a transação. Além das unidades de refino, a venda vai incluir toda a infraestrutura logística das unidades para o escoamento dos combustíveis, como 12 terminais e 24 dutos.

Com a venda de 60% dessas quatro unidades, a participação da estatal no mercado nacional de refino cairá de 99% para cerca de 75%. A expectativa da

Petrobras é que o negócio só seja concluído no ano que vem. Parente explicou ontem que o modelo de venda ainda deverá ser aprovado pela diretoria executiva e pelo Conselho de Administração, dentro de duas a três semanas.

Diferentemente da venda de outros ativos, a companhia optou, neste caso, por apresentar o modelo ao mercado com antecedência. Isso porque o negócio representa a saída da estatal de um setor tido como estratégico para o país, no qual tem hoje 99% de participação de mercado, observaram fontes.

Estiveram presentes na apresentação o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, e o secretário executivo do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, **Márcio Felix**, além de executivos do setor.

CHINESAS E EUROPEIAS TÊM INTERESSE

A venda das refinarias pode ajudar a companhia a alcançar sua meta de venda de ativos, de US\$ 21 bilhões, até o fim deste ano. Em 2017, a Petrobras arrecadou apenas US\$ 4,5 bilhões com alienações, mas decidiu manter a meta em US\$ 21 bilhões incorporando outros itens à lista. Segundo analistas, a venda das refinarias é positiva, mas eles destacam que a companhia poderia ter sido mais ousada para aumentar o interesse de investidores.

Uma das opções seria vender 100% das unidades e incluir ativos do Sudeste, onde está o maior mercado consumidor de combustíveis. Segundo fontes, companhias chinesas, como a CNOOC e CNPC, já mostraram interesse em participar do negócio, além de comercializadoras (traders), como Glencore e Vitol.

Durante a apresentação, o presidente da Petrobras disse que a proposta de vender o controle das refinarias reforça a garantia da manutenção da política de preços livres dos combustíveis e cria maior atratividade para os investidores. — A política de preços é uma variável-chave para o investimento. A discussão na sociedade é difícil, mas tenho convicção de que a empresa não tem outro caminho — afirmou Parente.

— Essa operação é relevante para ajudar a gerar caixa para reduzir a dívida da companhia, mas tem um sentido estratégico muito mais amplo para a Petrobras. Tem uma ligação maior com a política pública, e este evento aqui já é um passo nessa direção, para podermos ter uma avaliação de política pública com representantes do setor.

Para Oddone, o consumo de combustíveis no Brasil tende a crescer, aumentando a demanda por investimentos nas refinarias. Segundo ele, o país deve chegar em 2026 importando 1 milhão de barris de derivados por dia, contra os atuais 600 mil. — O Brasil tem um mercado de combustíveis em

expansão. Tem petróleo, e a oferta de refino no mercado mundial está longe, representando um maior custo.

Temos todas as condições de atrair investimentos — disse Oddone. Felipe Perez, diretor da consultoria IHS, destaca que ainda há potencial de crescimento desse mercado em toda a América Latina, que hoje importa 2,5 milhões de barris de derivados por dia. Já na Europa e nos EUA, há uma previsão de estagnação do consumo de combustíveis.

Mas ele lembra que há uma série de desafios para a Petrobras seguir adiante com o plano apresentado ontem: — É preciso definir regras como o acesso ao mercado, já que a Petrobras poderá ter sócios diferentes competindo pelo mesmo mercado. O Sudeste também poderia ter entrado no negócio, por ser o principal centro de consumo do país.

A empresa precisa definir muito bem esses pontos, mas está na direção certa. O consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), avalia que a venda seria mais atraente para investidores se envolvesse 100% das refinarias: — A venda de 100% seria mais interessante. Como a Petrobras é uma estatal, ser seu sócio já traz um nível de risco. Isso porque um futuro governo pode querer mudar as regras.

VENDA DE REDE DE DUTOS NO NORDESTE

Giovani Loss, sócio do escritório Mattos Filho, classifica o anúncio da Petrobras como um primeiro passo para a saída da área de refino. A história da estatal no segmento se confunde com o seu desenvolvimento. A Rlam, que será posta à venda, foi a primeira refinaria do país, criada em 1950 e incorporada pela Petrobras em 1953, data de sua fundação.

— Todo esse projeto será discutido com o mercado. Como tudo é muito novo, é difícil saber qual seria o melhor formato de venda. Mas é positivo, pois tende a aumentar a concorrência — diz Loss. Segundo a Petrobras, estabelecer parcerias em blocos tem como objetivo assegurar a competição de mercado.

O argumento da empresa é que manteria sua “condição hegemônica”, sem permitir a criação de um mercado competitivo, se buscasse um parceiro para todo o parque de refino. Parente explicou que essas refinarias foram escolhidas por representarem uma parcela parecida do mercado, cerca de 18% em cada bloco, e de estarem em operação.

Ou seja, isso evita qualquer discussão sobre o valor do ativo por conta de investimentos, como é o caso do Comperj, em Itaboraí, no Rio de Janeiro. Parente disse que a companhia ainda está em discussão com a CNPC para construir uma refinaria no Comperj, mas ainda sem uma conclusão.

O presidente da Petrobras disse ainda acreditar que, em duas a três semanas, a companhia possa já ter aprovado o modelo de negócios apresentado. Só então será dado início ao processo de venda, seguindo as regras do Tribunal de Contas da União (TCU). Márcio Félix, do MME, disse que, neste momento, a Petrobras quer debater o assunto e colher sugestões do mercado.

— O objetivo é apresentar a proposta, ouvir a opinião dos especialistas e debater. Eu, por exemplo, não esperava que fosse anunciado antes, mas como tem efeito em Bolsa... — disse o secretário executivo do MME. A Petrobras também está em processo de venda da NTS, maior rede de dutos do Nordeste. Segundo a Bloomberg, o fundo estatal chinês Silk Road está se unindo à Mubadala Development para, provavelmente, levar uma oferta vinculante à Petrobras.

Um consórcio liderado pelo australiano Macquarie Group com a Itaúsa e outro liderado pela empresa francesa de serviços públicos Engie também estão se preparando para fazer ofertas vinculantes. As propostas podem chegar a US\$ 8 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Leticia Fernandes, Karla Gamba E Manoel Ventura

Título: Temer assina decreto que abre caminho para privatizar Eletrobrás

Para evitar mal-estar, texto condiciona medida à aprovação de projeto no Congresso

-BRASÍLIA- Depois de uma queda de braço com o Congresso, o presidente Michel Temer assinou ontem decreto que inclui a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização (PND) — passo necessário para a privatização da companhia.

No entanto, para evitar qualquer mal-estar com os parlamentares, o texto condiciona a medida à aprovação, pela Câmara e pelo Senado, do projeto de lei que define as regras para a privatização da Eletrobrás.

A necessidade de esperar a aprovação do projeto põe em dúvida a capacidade do governo de cumprir o plano de privatizar a estatal ainda este ano. A publicação do decreto era defendida justamente para antecipar o rito de contratação de estudos necessários para a operação (que dependem da inclusão da Eletrobrás no PND).

Eles andariam de forma paralela à tramitação do projeto de lei no Congresso. O governo espera arrecadar pelo menos R\$ 12,2 bilhões com a desestatização. Diante da crise criada com o Congresso por causa do decreto, na semana passada, porém, o governo preferiu esperar o aval dos parlamentares para formalizar os estudos.

A edição do decreto foi inicialmente anunciada pelo novo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**. Ele disse em seu discurso de posse que Temer publicaria um texto incluindo a Eletrobrás no PND.

RESISTÊNCIA ATÉ DA BASE ALIADA

A medida seria o primeiro ato de Moreira à frente da pasta, na tentativa de sinalizar o compromisso do governo com a privatização. As afirmações, no entanto, causaram reação imediata de parlamentares — inclusive do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) —, que viram a medida como uma forma de o governo atropelar as discussões em andamento na Câmara.

A assinatura do decreto foi anunciada ontem pelo próprio Temer, em um vídeo de 18 segundos publicado nas redes sociais: — Acabei de assinar um decreto que autoriza o início dos estudos para capitalização da Eletrobrás, tão logo o projeto seja aprovado pelo Congresso Nacional.

A expectativa do governo é que o projeto que trata da privatização da Eletrobrás seja aprovado ainda em maio por deputados e senadores. Mas a comissão especial que analisa o tema, na Câmara, está em estágio inicial. A proposta ainda enfrenta resistência no Parlamento, inclusive de membros da base aliada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Lobby e emendas com texto quase idêntico tentam alterar a MP do gás

Mercado Aberto

A Medida Provisória 811/2017 sobre o uso do gás natural, lida no plenário da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (19) e que deverá ir à votação na próxima semana, recebeu ao menos sete emendas com texto quase idêntico. Na prática, procuram criar um leilão específico do petróleo e do gás da União só para um cliente, as indústrias químicas e as refinarias. O objetivo é obter um preço de matéria-prima mais vantajoso que o oferecido pela Petrobras, afirma

um membro de uma associação de empresas que serão beneficiadas caso o projeto siga adiante.

O valor que a União conseguirá nas vendas para esse club e tenderá a ser menor que o obtido em um leilão em que qualquer comprador possa dar lances. O governo precisará medir se vale a pena incentivar a indústria ou arrecadar mais, segundo o representante dessa entidade. Os sete que apresentaram emendas quase iguais são de partidos de diferentes posições políticas. A única diferença no texto é que alguns deputados, suprimiram a menção à Lava Jato entre os fatores que geraram a crise no setor. O texto original é da Abiquim, a associação do segmento, segundo um deles, o deputado Milton Monte (PR-SP).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Ex-ministro indica novo chefe da EPE, que agrada ao mercado

São Paulo- A presidência da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), órgão responsável pelo planejamento do setor de energia, será assumida pelo engenheiro Reive Barros dos Santos, que foi diretor da Aneel (agência reguladora do setor) até janeiro deste ano.

Sua indicação veio da cota do ex-ministro Fernando Coelho Filho (MDB-PE) e foi bem recebida pelo mercado, segundo pessoas ligadas à área.

Reive ocupará o posto deixado por Luiz Barroso, que decidiu sair da EPE após a troca de comando no **Ministério de Minas e Energia, que foi assumido por Moreira Franco (MDB-RJ) neste mês.**

Professor-adjunto da Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco, o novo presidente do órgão trabalhou por mais de 30 anos na Chesf, subsidiária da Eletrobrás. Depois, atuou na Celpe (Companhia Energética de Pernambuco) e na Eletrobrás, entre 2009 e 2011. Em 2014, foi nomeado à diretoria da Aneel.

Chegaram a ser cogitados para o cargo a economista da FGV-Rio Joísa Campanher Dutra, que também já foi diretora da Aneel, e o engenheiro Ivan Camargo, ex-reitor da UnB (Universidade de Brasília).

A nomeação acena positivamente ao setor elétrico, que vê com preocupação a reposição dos cargos que foram deixados em aberto com a debandada da área técnica na pasta após a saída de Coelho Filho.

Uma preocupação é a possível mudança no foco da pasta para o setor de óleo e gás.

A posse de Reive ainda não tem data, segundo a EP

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Barreiras à desestatização crescem

Os entraves à privatização da Eletrobrás cresceram nas últimas semanas. Primeiro, com a troca do comando do Ministério de Minas e Energia por **Moreira Franco** e a saída de membros da pasta, o que aumentou a desconfiança do mercado. Além disso, o leilão das distribuidoras da estatal teve de ser adiado por causa de questionamentos do TCU (Tribunal de Contas da União). O atraso preocupa porque o prazo inicialmente estabelecido (que era de 21 de maio) já era visto com limite.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Talita Fernandes

Título: Temer destrava privatização da Eletrobrás com decreto

Após atrito com o Congresso, o presidente assina medida que dá aval a estudos

Brasília- O presidente Michel Temer assinou nesta quinta-feira (19) um decreto que autoriza a realização de estudos para a privatização da Eletrobrás.

"Acabei de assinar um decreto que autoriza o início dos estudos para a capitalização da Eletrobrás tão logo o projeto seja aprovado pelo Congresso Nacional", disse Temer em um curto vídeo publicado nas redes sociais.

O decreto serve para incluir a estatal de energia no PND (Programa Nacional de Desestatização), medida legal necessária para iniciar os estudos técnicos para venda de ações da empresa.

A expectativa é que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) conduza esses estudos, tal como foi feito no caso das distribuidoras da estatal.

O governo tem encontrado dificuldades para aprovar a inclusão da estatal no PND. No fim de 2017, chegou a enviar uma medida provisória ao Congresso com esse objetivo, o que desagradou ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ele sinalizou que deixaria a MP caducar, forçando o governo a buscar nova solução.

Na semana passada, porém, mais uma vez o atrito com o legislativo atrasou a publicação do decreto. Ao tomar posse em **Minas e Energia**, o ministro **Moreira Franco** chegou a anunciar que a medida seria publicada, o que não se confirmou no dia seguinte.

De acordo com o ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo), o texto será publicado na edição do Diário Oficial da União desta sexta (20).

Marun disse, nesta quinta, que não há divergências com o Congresso e que o texto está "vacinado contra intrigas".

A expectativa da equipe econômica é que o Congresso dê sinal verde ainda no primeiro semestre à privatização. Só dessa forma seria possível concluir a operação de aumento de capital e venda de ações ainda em 2018.

A privatização da Eletrobrás é uma das apostas do governo na agenda econômica para este ano. O Palácio do Planalto quer dar uma sinalização ao mercado, uma vez que medidas vistas como importantes, como a reforma da Previdência, foram paralisadas.

A capitalização da estatal representará também um aumento na arrecadação num momento em que a União tem dificuldades em reduzir o déficit nas contas públicas.

Apesar do empenho, o governo sabe que o projeto encontra resistência de parlamentares — especialmente das bancadas do Nordeste e de Minas Gerais. O cenário se agrava à medida que se aproximam as eleições.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras confirma a venda de 25% da capacidade de refino

Rio de Janeiro- A Petrobras confirmou nesta quinta-feira (9) a venda de 25% de sua capacidade de refino no país, conforme a Folha antecipara. A empresa vai

negociar uma fatia de 60% de duas novas empresas que serão criadas com os ativos desse setor nas regiões Nordeste e Sudeste.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, defendeu que a entrada de novas empresas no setor permite a retomada de investimentos e dificulta a volta do controle de preços sobre os combustíveis, que causou perdas bilionárias à estatal nos governos petistas.

O modelo proposto pela companhia, que ainda precisa ser aprovado pela diretoria e conselho de administração, prevê a formação de dois blocos regionais de refino, cada um com duas refinarias e os terminais e dutos que movimentam petróleo e derivados para as unidades.

No Nordeste, serão incluídas a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e Landulpho Alves, na Bahia, além de sete terminais e 15 dutos. No Sul, as refinarias Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, e Getúlio Vargas, no Paraná, com mais cinco terminais e nove dutos.

A Petrobras não vai permitir que uma mesma empresa apresente lances pelos dois blocos regionais de refino. A expectativa é concluir o processo até o fim do ano.

Para vencer resistências internas, governo e Petrobras afinaram discurso em defesa da operação durante evento promovido pela estatal nesta quinta. Participaram do encontro também representantes de petroleiras, distribuidoras de combustíveis e da indústria canavieira.

"Para nós, é muito importante porque podemos ganhar no curto prazo uma maior segurança da prática de preços competitivos no país", afirmou Parente.

"O reposicionamento da Petrobras pode gerar novos investimentos no setor de refino", disse o diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), Décio Oddone.

Parente reconheceu que a resistência interna influenciou na decisão de manter participação nas refinarias à venda, em vez da saída total dos ativos.

"Uma abordagem com um pouco mais de prudência talvez possa garantir mais o resultado do que uma solução mais ousada", afirmou.

A presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Elizabeth Farina disse que a preocupação da estatal com a uberidade de preços "aplaça preocupações com investimentos em biocombustíveis".

Durante o governo FHC, os trabalhadores conseguiram frear tentativa de privatização das refinarias, que teve apenas uma operação concluída, de venda de 30% da refinaria Alberto Pasqualini à Argentina YPF.

O negócio foi desfeito oito anos depois, diante da insatisfação da sócia com os sucessivos prejuízos provocados pelo controle de preços.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Preço do etanol cai e espera-se maior demanda

Com a baixa da cotação do açúcar no mercado internacional, os produtores de cana foram levados a dar mais ênfase à produção de etanol, de modo a recompor o seu fluxo de caixa. O resultado é que, nas últimas três semanas, os preços do álcool hidratado, com o aumento da oferta, tiveram uma queda de 21% nas usinas do Estado de São Paulo, segundo a consultoria Datagro. Normalmente, a expectativa seria de que essa redução fosse transferida para o consumidor, estimulando o uso do biocombustível pelos veículos abastecidos somente por etanol e pelos flex, o que deveria compensar, em certa proporção, a alta dos preços da gasolina, que vêm sendo reajustados de acordo com as cotações do petróleo no mercado global.

Isso, porém, não vem ocorrendo na proporção esperada. Dados da pesquisa semanal da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), citados pela Datagro, indicam que o preço do etanol hidratado caiu apenas 0,9% nos postos paulistas, o que tem gerado uma certa frustração dos usineiros.

Os distribuidores de combustíveis argumentam que a redução do preço para o consumidor ainda não ocorreu de forma mais significativa porque parte do varejo ainda detém estoques adquiridos a preços mais elevados, procurando, como é natural, manter sua margem de rentabilidade. Contudo, as condições de mercado fazem crer que, nos próximos dias ou semanas, a queda para o consumidor se fará sentir de forma significativa, mesmo porque a concorrência entre as redes de distribuição de combustíveis tende a ser mais acirrada.

Seja como for, a paridade atual entre os preços do etanol hidratado e a gasolina C, seu concorrente direto, está hoje em 71,1%, ligeiramente acima do ponto considerado ideal de 70%, dada a diferença de desempenho dos dois combustíveis. Essa relação é constatada no Estado São Paulo, o principal produtor de açúcar e álcool do País; a situação é variável nos demais Estados.

Vê-se, portanto, que o abastecimento com etanol hidratado se tornou vantajoso para o consumidor. Vale notar que, com a alta recente das cotações de petróleo e as incertezas quanto à sua evolução em futuro próximo, a economia do País só tem a ganhar com a maior demanda de etanol, que, além de moderar os preços dos combustíveis, é poderoso instrumento para a capitalização no campo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: B3 "devolverá" R\$ 22 mi em sinergias com fusão

Coluna do Broadcast

A B3 devolverá, em maio, R\$ 22 milhões em forma de desconto aos seus clientes, já como fruto das sinergias de despesas capturadas por conta da combinação de negócios entre a BM&FBovespa e a Cetip, que acaba de completar seu primeiro ano. A integração das empresas está em ritmo rápido e se encerrará já no fim deste ano, antes do previsto. O processo vai bem, tanto que a Bolsa já aumentou em 10% o valor das sinergias a serem alcançadas com a fusão, antes projetadas em R\$ 100 milhões. As sinergias de R\$ 110 milhões devem ser alcançadas a partir de 2021. Parte dessas economias serão repassadas aos clientes. Já dentro de casa, a B3 bateu o martelo e modernizará, internamente, seus dois prédios no centro, que são tombados. Apesar da ansiedade, o processo não será curto: levará de 18 a 24 meses. Isso porque a reforma acontecerá em blocos, de dois em dois andares, em um tempo estimado de quatro meses. O início já tem data: julho ou agosto próximo.

» **Custo de oportunidade.** O desafio do presidente da Petrobrás, Pedro Parente, será imenso à frente do Conselho de Administração da BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão e imersa em um prejuízo bilionário. O valor de sua remuneração, porém, tende a ser menor do que recebe na B3, cargo que renunciará com a eleição para o colegiado da processadora de alimentos, na semana que vem. Segundo os dados mais recentes dos formulários de referência das empresas, de 2016, o maior salário do conselho de administração da BRF foi de R\$ 1,47 milhão por ano, ao passo que na B3 (na época ainda BM&FBovespa) era de R\$ 3,4 milhões. Em 2014, contudo, quando a BRF ainda estava no azul, o presidente do conselho, no caso Abilio Diniz, ganhou R\$ 3,2 milhões.

» **Lição de casa.** A remuneração, no entanto, é formada por um honorário fixo mais uma parte variável, ou seja, o valor pode subir conforme o desempenho financeiro da empresa melhora. Na Petrobrás, o salário anual da maior

remuneração da diretoria, certamente a presidência, foi de R\$ 2,24 milhões em 2016.

» **Sem estufa.** A Oil and Gas Climate Initiative (OGCI), que reúne dez petroleiras globais, dentre elas a Petrobrás, selecionará de 10 a 15 tecnologias ou modelos de negócio para a redução das emissões do gás metano. As vencedoras receberão até US\$ 20 milhões e terão as inovações produzidas em escala comercial. Empresas brasileiras também poderão participar e as inscrições vão até 15 de maio.

COM DAYANNE SOUSA E CIRCE BONATELLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Quem não quer a Eletrobrás privatizada

Ninguém pense que as resistências à privatização da Eletrobrás provenham de questionamentos ideológicos ou de concepções sobre a natureza do Estado ou, ainda, de determinadas estratégias de desenvolvimento econômico. Provêm das mais atrasadas práticas de poder, derivadas do patrimonialismo e da tomada do Estado por interesses políticos privados, como bem mostrou matéria publicada na capa do Estadão na última terça-feira.

Os pontos de vista doutrinários são bem conhecidos. Um tanto simplificada, os neoliberais entendem que o setor público é, em geral, mau administrador e quando se mete em setores da economia acaba por permitir que interesses privados se apropriem indevidamente de recursos e de instrumentos públicos. Daí porque o Estado deve ser enxuto e, salvaguardadas as excepcionalidades, se restringir à regulação da atividade econômica.

A concepção estatizante pretende induzir o desenvolvimento econômico por meio do controle de setores estratégicos, em vez de deixá-los à iniciativa privada cuja finalidade não é o interesse público, mas a maior apropriação da renda. Quanto mais atrasado o desenvolvimento econômico, maior deverá ser a participação do Estado na economia, de maneira a incentivar e a proteger setores ainda frágeis.

Em janeiro, o governo Temer decidiu enviar projeto de lei ao Congresso para privatizar a gigante Eletrobrás, holding que reúne 233 usinas que oferecem 31% de energia elétrica gerada no Brasil, mais de 71 mil quilômetros de linhas de transmissão. A modelagem prevê aumento do capital social cuja participação o Tesouro deixará de subscrever, abrindo espaço, assim, para maior participação

privada. Como nenhum acionista poderá deter mais que 10% das ações com direito a voto, o resultado será a pulverização do controle acionário hoje detido pelo Tesouro. O governo terá à sua disposição uma ação especial (golden share) por meio da qual poderá vetar decisões que eventualmente contrariem o interesse nacional. As subsidiárias Itaipu e Eletronuclear ficarão de fora do modelo de privatização. A primeira, por ser empresa binacional partilhada com o Paraguai; e a outra, por operar com a especialmente sensível energia nuclear. O governo espera arrecadar R\$ 12,2 bilhões com essa operação de subscrição de ações novas.

A principal razão pela qual a Eletrobrás deve ser privatizada não tem a ver nem com posições doutrinárias nem ideológicas. Tem a ver com uma razão bem mais prática. Como todos sabemos, o Tesouro está na pindaíba, não tem recursos para bancar os investimentos necessários para expansão da Eletrobrás, tanto na área de geração, como na de transmissão e distribuição. Ou se deixa a incumbência para quem esteja disposto a fornecer capital ou, então, não acontecerão os investimentos.

O projeto enfrenta enorme batalha judicial. As resistências mais importantes ao novo passo se concentram em duas áreas, a corporativista e a política. A corporativista é a dos funcionários das empresas estatais que temem perder privilégios (e a moleza) de que desfrutam, quando seus patrões passarem a ser executivos privados.

A resistência política, a maior das duas, é a dos chefões políticos para os quais, além de cabides de emprego, as empresas estatais e suas subsidiárias não passam de capitâneas loteáveis entre cupinchas.

Como se viu exaustivamente por meio da Operação Lava Jato, além de oportunidade para exercício de poder, esse jogo permite sistemática depredação do patrimônio público para cumprimento dos interesses desses mandachuvas regionais. Enfim, este ainda é o resultado de arraigadas práticas patrimonialistas que deformam a vida política nacional.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Petrobrás vai privatizar 4 refinarias

Parceria com empresas privadas afasta possibilidade de interferência do governo no preço dos combustíveis; processo pode levar um ano

Duas décadas após acabar com o monopólio da Petrobrás na exploração e produção de petróleo no Brasil, mais um passo foi dado para a abertura do setor. A estatal anunciou ontem que vai vender 60% de quatro refinarias nas regiões Nordeste e Sul do País. Além de gerar caixa para a empresa, o esperado é que, com a participação da iniciativa privada, seja eliminada qualquer chance do próximo governo interferir nos preços dos combustíveis, como aconteceu na gestão petista.

Desde julho do ano passado, a Petrobrás equipara os preços da gasolina e do óleo diesel às flutuações do mercado internacional. Mas nos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, os preços dos combustíveis foram congelados por longos períodos para ajudar no controle da inflação. Isso contribuiu para a crise financeira na empresa.

Sem a ingerência política nos negócios, a Petrobrás espera atrair investidores, que devem ficar com 60% de quatro refinarias – Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; Rlam, na Bahia; Repar, no Paraná; e Refap, no Rio Grande do Sul –, além da infraestrutura de transporte de derivados de petróleo ligada a elas. Com isso, a participação de mercado da estatal passará dos atuais 98% para 75%.

"Na área de exploração e produção e na de refino, essa gestão de portfólio é fundamental para a Petrobrás. O mesmo é feito em empresas do mundo inteiro", disse o presidente da Petrobrás, Pedro Parente.

O processo de transição e repasse do controle das quatro unidades deve durar cerca de um ano. Os detalhes do plano ainda estão sendo definidos, para que sejam apresentados à diretoria executiva e ao conselho de administração da petroleira. Em comunicado aos empregados ao qual o Estadão /Broadcast teve acesso, a Petrobrás acrescentou o Estado do Rio nos seus planos para o refino.

Cenário. "O reposicionamento no setor prevê também a revitalização do parque do Rio de Janeiro, traçando um cenário de atuação da companhia caso consiga concretizar uma parceria para o término das obras do Comperj. Os parceiros, por exemplo, podem trazer os investimentos necessários para a expansão do refino que, sozinha, a empresa teria maior dificuldades de fazer devido ao seu alto grau de endividamento atual", afirmou o gerente geral de Programas de Reestruturação de Negócios de Refino, Comercialização e Transporte, Arlindo Moreira Filho.

O Comperj e a Refinaria Abreu e Lima, que terá o controle vendido, estão no centro da Operação Lava Jato. A estimativa do Tribunal de Contas da União (TCU) é que US\$ 12,5 bilhões tenham sido desviados no complexo petroquímico

e US\$ 3,7 bilhões, nas obras em Pernambuco. A primeira nunca saiu do papel e a segunda ficou pela metade e agora precisaria de ajuda para ser concluída.

Com a venda dos ativos, os empregados serão convidados a migrar para as empresas que vão nascer das novas parcerias. Outra opção será o remanejamento para outras unidades da estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Carla Araújo / BRASÍLIA

Título: Eletrobrás é incluída em plano de desestatização

O presidente Michel Temer editou decreto que inclui a Eletrobrás no Plano Nacional de Desestatização (PND), condição necessária para que o governo dê seguimento a estudos e processos para viabilizar a privatização da estatal ainda neste ano. A privatização da Eletrobrás passou a ser a prioridade econômica do governo depois que foi sepultada a reforma da Previdência. No entanto, como mostrou o Estadão/Broadcast na terça-feira, há forte resistência de deputados da base aliada em aprovar o projeto de privatização. Eles temem perder os cargos para os quais fazem indicações, principalmente nas subsidiárias.

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, em entrevista a jornalistas no Palácio do Planalto, disse que o decreto não tira a obrigatoriedade do Congresso aprovar a privatização. Por isso, segundo o ministro, o texto é "vacinado contra intrigas". Temer anunciou em um vídeo divulgado no Twitter que tinha assinado o decreto.

Na semana passada, recém empossado como **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco** anunciou a publicação do decreto, que acabou não saindo porque parlamentares avaliaram que a atitude de Moreira era um atropelo. Para evitar novos desgastes, a cúpula do governo alinhou o texto também com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

"O presidente Rodrigo manifestou preocupação em relação à possibilidade que isso viesse a significar uma ultrapassagem do Congresso no processo. Foi estabelecido diálogo com o presidente Rodrigo", disse Marun. "E nós entendemos que o atual formato do texto deste decreto tranquiliza o presidente", completou.

Marun voltou a dizer que a capitalização da Eletrobrás é imprescindível para que a empresa atenda às necessidades da população. "A Eletrobrás tem que ser capitalizada", afirmou. "Entendemos que o ideal é que esta capitalização aconteça com recursos da iniciativa privada e é a isso que vamos nos dedicar."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Rolf Kuntz ENVIADO ESPECIAL / WASHINGTON****Título: É preciso ajustar para crescer, diz Guardia**

Em encontro do FMI, em Washington, ministro da Fazenda diz que as reformas ajudarão a aumentar o potencial de crescimento do Brasil

O Brasil poderá crescer de 3,5% a 4% ao ano de forma sustentável, se houver avanço na pauta de reformas, disse o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. O potencial de expansão está hoje perto de 2,5%, pelas estimativas do governo. O potencial define o crescimento possível durante um longo período sem desajustes graves, como pressões inflacionárias e problemas nas contas externas. A execução de ajustes e reformas, incluída a da Previdência, atende portanto a objetivos bem mais amplos que a arrumação das contas públicas, observou o ministro em uma entrevista coletiva ontem no Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Ministério da Fazenda mantém a projeção de 3% para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e no próximo. Poderá rever as expectativas, se for o caso, admitiu o ministro. Os cálculos do mercado foram reduzidos nas últimas semanas e estão entre 2,7% e 2,8%. Mais importante que diferenças decimais, insistiu Guardia, é a verificação, neste momento, de uma tendência de crescimento firme e espalhada, com melhora dos indicadores de produção, de consumo privado e de investimento em capital produtivo.

O FMI, mais conservador que o mercado e o Ministério da Fazenda, estima 2,3% de avanço em 2018 e 2,5% em 2019, com estabilização em 2,2% a médio prazo por causa da baixa produtividade. Os novos números, melhores que os estimados até o fim do ano passado, foram divulgados nesta semana.

O governo reconhece como desafio importante o aumento da produtividade. Mas o aumento da capacidade para produzir dependerá, em primeiro lugar, da reparação das contas públicas, condição básica para a estabilidade econômica, para o aumento da poupança e para a expansão do investimento produtivo, argumentou o ministro da Fazenda.

Para aumentar a eficiência da economia será preciso atuar em várias frentes, como a simplificação tributária. A planejada reforma do PIS/Cofins é parte importante dessa agenda. A complexidade do sistema "é custo Brasil na veia", segundo Guardia. Esse tributo, acrescentou, é motivo de mais de 80% dos litígios no Carf, o comitê de análise de recursos contra cobranças tributárias. O

projeto de mudança do PIS/Cofins ainda será submetido ao presidente da República, informou o ministro, antes de ser enviado ao Congresso.

As dificuldades de procedimento apenas para cumprir as obrigações tributárias, no Brasil, têm sido citadas em estudos comparativos de competitividade. O governo, informou Guardia, também estuda uma proposta de simplificação do principal tributo recolhido pelos Estados, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Mais investimentos. A atração do capital privado será essencial para a expansão do investimento produtivo, especialmente por causa da incapacidade financeira do governo. Esse esforço inclui novas licitações de áreas para exploração de petróleo e gás, no pré-sal, concessões de infraestrutura, capitalização da Eletrobrás e privatização de suas distribuidoras. A capitalização da estatal, por meio da emissão de ações, poderá proporcionar o ingresso de R\$ 12 bilhões. Esse valor está inscrito numa conta de reserva, fora da programação de gastos de 2018.

O governo, segundo Guardia, também tentará resolver com a Petrobrás, até o fim do ano, o problema da capitalização de 2010. Se o acordo for concluído, poderá haver leilão de excedentes de petróleo, com perspectiva de mais investimentos e de receitas de concessão. O dinheiro, nesse caso, será poupado e transferido para o próximo governo, para ajudar no cumprimento da chamada regra de ouro das finanças públicas. Essa regra proíbe a contratação de dívidas pelo Tesouro para cobertura de gastos de custeio, como salários e outras despesas de manutenção do governo.

Autonomia. O ministro da Fazenda ainda citou outros projetos, como o da autonomia operacional do Banco Central, como importantes para a estabilidade e a segurança necessárias às decisões de investimento. Nada produzirá efeitos permanentes, no entanto, se houver interrupção dos ajustes e reformas. Ao contrário: os avanços acumulados até agora poderão perder-se.

Dirigentes do FMI vão além da defesa desse programa. É preciso aproveitar o crescimento, depois da longa recessão, para apressar as correções e mudanças necessárias e reforçar as condições de expansão econômica.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Luciana Collet

Título: Enel aumenta proposta pela Eletropaulo

Em mais um capítulo da disputa pela compra da Eletropaulo, a italiana Enel melhorou sua proposta antes mesmo de um concorrente fazer uma nova oferta. A multinacional europeia elevou de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,5 bilhão o aumento de capital apresentado no edital da oferta voluntária feita terça-feira. O preço unitário pelas ações, no entanto, continua inalterado, em R\$ 28,00, condicionado à aquisição de mais de 50% do capital social da distribuidora paulista. A oferta representaria R\$ 4,7 bilhões (sem considerar o aporte de capital).

Em nota, a Enel afirmou que a nova proposta representa "a certeza de financiamento para a empresa e termos mais atraentes para os acionistas que desejarem participar da oferta. Em entrevista ao Estado na terça-feira, o presidente da empresa italiana no Brasil, Carlo Zorzoli, afirmou que a proposta é uma clara demonstração do grupo para crescer no País.

Segundo ele, em todos os países em que a empresa atua ela ocupa a primeira ou a segunda posição em distribuição. No Brasil, tem a concessão da distribuidora Ampla (RJ), Coelce (CE) e Celg (GO) – arrematada no fim de 2016 no primeiro leilão de privatização do presidente Michel Temer. "A Eletropaulo é o que nos falta para chegarmos no patamar desejado", diz Zorzoli. A nova investida da Enel ocorre um dia depois da Eletropaulo iniciar o roadshow para uma oferta subsequente de ações (follow on), cujos recursos captados serão usados para honrar compromissos da distribuidora.

Até o anúncio da Enel ontem, o mercado apostava que a Neoenergia ainda poderia surpreender com uma nova oferta. A empresa, controlada pela espanhola Iberdrola, tem uma reunião de conselho hoje para decidir sobre a proposta feita na terça-feira e que foi superada pela da Enel. Nessa reunião, a companhia pode decidir se continua ou não na briga pela distribuidora.

Mercado. A disputa pela Eletropaulo é explicada pelo tamanho e pelo mercado atendido. A concessionária – a maior da América Latina – tem cerca de 18 milhões de clientes em 24 municípios de São Paulo e fatura R\$ 21 bilhões. A distribuidora foi privatizada na década de 90 e passou a ser controlada pela americana AES. Em 2002, depois do racionamento de energia, a empresa teve vários problemas para honrar compromissos, especialmente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nos últimos anos, o controle da companhia deixou de ser prioridade para a AES.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Simas ENVIADA ESPECIAL / ASSUNÇÃO

Título: 'Quero renegociar preços de Itaipu pelo valor de mercado'

Entrevista - Efraín Alegre Sasiain, candidato do Partido Liberal à presidência do Paraguai

Candidato à presidência do Paraguai promete investir em infraestrutura para aproveitar melhor energia produzida no país

Se for eleito presidente do Paraguai, o candidato do Partido Liberal, Efraín Alegre, promete reavaliar o contrato de Itaipu. "Precisamos construir nossa infraestrutura para utilizar nossa energia", disse Alegre, em segundo lugar nas pesquisas – o favorito é Mario Benítez. "Quero renegociar os preços de Itaipu pelo valor de mercado." A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Estado.

Seu programa fala em renegociar o acordo de Itaipu. Qual é a sua proposta?

Precisamos formar um grupo de trabalho. A energia é um recurso abundante e não está sendo usada para nosso desenvolvimento. Estamos exportando desenvolvimento para Brasil e Argentina. Precisamos construir nossa infraestrutura para utilizar nossa energia. Isso não quer dizer que vamos usar toda a energia, porque temos excesso e vamos continuar vendendo aos países que são nossos sócios. No entanto, quero renegociar os preços pelo valor de mercado. Dessa forma, poderemos ter em 2022 uma grande decisão histórica e patriótica do nosso lado para resolver o futuro do Paraguai.

O Paraguai é o maior fornecedor de cigarros contrabandeados para o Brasil e o atual presidente (Horacio Cartes) é dono da maior tabacaria do país. Como o sr. vê essa situação?

No nosso governo, combateremos toda forma de ilegalidade, seja de cigarros ou narcotráfico. Agora, também precisamos ter uma política de entendimento com o Brasil para controlar a fronteira. O contrabando tem muita relação com o crime organizado, ou seja, uns vendem e outros protegem o traslado, não apenas na fronteira, mas dentro do Brasil, para que o produto chegue ao mercado. No Paraguai, temos três temas de segurança diferentes: o EPP (guerrilha Exército do Povo Paraguaio), que podemos resolver por conta própria, com alguma cooperação internacional; a insegurança urbana e o crime organizado.

Grupos criminosos como PCC e Comando Vermelho já têm membros vivendo no Paraguai. Como resolver o problema?

Essas organizações têm caráter global e temos de dar uma resposta no mesmo tom. Precisamos de um entendimento e um trabalho conjunto com Brasil e

Argentina para controlar as fronteiras. É preciso fazer novos acordos para ter uma força-tarefa conjunta de controle e combate ao crime.

É preciso mudar a estrutura policial paraguaia?

Sim. Temos de reformar a polícia e o Exército. Precisamos redesenhar nossas Forças Armadas com base nas demandas do mundo de hoje. Elas continuam formuladas com base nas necessidades da década de 60. Precisamos de Forças Armadas profissionais, pequenas e modernas, e isso requer investimento. Sabemos que temos limitações, mas a tarefa principal é o controle de fronteira. Por isso, precisamos de uma política comum com Brasil e Argentina.

E o que o sr. pensa sobre a crise na Venezuela?

O desafio na Venezuela é a estabilidade institucional. É preciso devolver a democracia ao país. Essa é nossa grande tarefa na América Latina. Nosso partido é comprometido com a democracia, se caracteriza pela defesa dos direitos humanos e pelo combate a qualquer forma de ditadura. Hoje, a Venezuela pede que a gente devolva sua democracia, que está ameaçada pelo chavismo.

Como fazer isso?

Vamos cooperar com as organizações internacionais. Não é uma tarefa fácil. O Paraguai, como país pequeno, talvez não tenha a capacidade de resolver, mas faremos nossa parte.

Uma ação militar é viável?

Acho que é preciso ver as opções. Não quero opinar sem ter estudado com profundidade. Mas não podemos olhar para o outro lado enquanto jovens morrem e famílias sofrem.

O que o sr. tem a dizer sobre as denúncias de irregularidades no Ministério de Obras Públicas, em 2013, época em que o sr. chefiou a pasta?

Não tenho nenhum processo por irregularidade. A oposição inventa histórias. A única questão que eles levantam se refere a uma estrada que nem precisaria existir e foi construída depois de minha administração. Vamos combater a corrupção, com a reforma judicial, e esse governo é muito comprometido com a Justiça.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Política**Autor:** Alessandra Azevedo**Título:** A rota da Lava-Jato

Nas entrelinhas

Os fatos mais importantes do dia de ontem, em circunstâncias normais, seriam o embargo das importações de frango de 20 frigoríficos brasileiros pela União Europeia, que representa 35% das nossas exportações do setor, e o decreto assinado pelo presidente Michel Temer que autoriza os estudos para a privatização da Eletrobrás, a holding brasileira de energia elétrica. Mas o noticiário foi tomado pela Operação Lava-Jato, que motivou pelo menos meia dúzia de decisões da Justiça, a começar pela concessão de habeas corpus ex ofício ao deputado afastado Paulo Maluf, pelo ministro Edson Fachin, depois de dois dias de sessões do Supremo Tribunal Federal (STF) só para discutir o caso do ex-prefeito de São Paulo.

Os fatos confirmam a avaliação de que o eixo da disputa eleitoral deste ano deslocou-se dos problemas que afetam o dia a dia da população — saúde, segurança, educação, transportes, habitação, etc. — para o tema da corrupção. Por 6 votos a 5, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) negaram o pedido de Maluf, atualmente em prisão domiciliar, para apresentar mais um recurso contra a condenação que sofreu no ano passado por lavagem de dinheiro. O pano de fundo da discussão era a dilatação das possibilidades de recurso e protelação do chamado “transitado em julgado”.

Depois de dois dias de sofisticados debates sobre o processo penal e a Constituição, o assunto foi encerrado como poderia ter começado: “de ofício” (por iniciativa própria), Fachin permitiu ao deputado, em razão do estado de saúde, continuar cumprindo em casa a pena de 7 anos, 9 meses e 10 dias de prisão que se iniciou em dezembro do ano passado. Maluf está internado no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, e corria o risco de ter que voltar para o Presídio da Papuda, em Brasília, para cumprir pena em regime fechado. Ele foi condenado por usar contas no exterior para lavar dinheiro desviado da Prefeitura de São Paulo quando foi prefeito da capital paulista, entre 1993 e 1996.

Quem corre mais risco de voltar para a cadeia é o ex-ministro José Dirceu, que cumpre pena em regime domiciliar, com tornozeleira eletrônica. O ministro Dias Toffoli negou liminar para impedir a volta do histórico líder petista à prisão. Dirceu pretende continuar em liberdade após o julgamento de recurso contra

sua condenação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), ontem, no qual teve mantida a pena de mais de 30 anos de prisão. Com a prisão de Lula, é praticamente impossível que isso ocorra.

Em meio a notícias de que a Polícia Federal pedirá a prorrogação do inquérito que investiga a corrupção no Porto de Santos, no qual estão envolvidos amigos do presidente Michel Temer, e de que o ministro Gilmar Mendes já ampliou por 60 dias o inquérito que investiga o senador Aécio Neves (PSDB-MG), o ministro Marco Aurélio Mello assoprou o braseiro das divergências no Supremo. Pediu que o plenário da Corte julgue uma ação sobre prisão após condenação em segunda instância apresentada pelo PCdoB, que pleiteia liminar para impedir a prisão de condenados antes do trânsito em julgado, ou seja, antes de condenação definitiva pelo próprio STF. Na semana passada, pela quarta vez em dois anos, o STF decidiu manter a jurisprudência que determina a prisão. Segundo o ministro, porém, o entendimento firmado em 2016 pelo STF poderá mudar em uma nova análise pelo plenário da Corte. E tome Lava-Jato!

Eleições

Fora da agenda oficial, o presidente Michel Temer recebeu, no Palácio do Planalto, o juiz Ali Mazloum, que atua como juiz instrutor do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. É quem o auxilia a ouvir testemunhas e interrogar réus. Nem o Palácio do Planalto nem o magistrado deram informações sobre a conversa. Temer e Mazloum são amigos e fazem parte da comunidade árabe de São Paulo. Hoje, Temer fará um pronunciamento à nação, a propósito do aniversário da morte de Tiradentes: 21 de abril de 1792. Não pretende tratar da Lava-Jato, mas do sucesso de sua política econômica, ancorado nas últimas análises do Fundo Monetário Internacional (FMI).

É a tal história: não se fala de corda em casa de enforcado. O Palácio do Planalto não descarta uma terceira denúncia contra Temer, que poderia ser uma espécie de pá de cal nos esforços do governo para melhorar a aprovação popular. A anunciada candidatura presidencial à reeleição corre risco de ser abatida na pista. Esse não é um problema somente do presidente da República e seu partido, o MDB. O PSDB também vive um inferno astral, com a aceitação da denúncia contra Aécio Neves (PSDB) e o escândalo do Metrô de São Paulo, que estão respingando no ex-governador Geraldo Alckmin, pré-candidato a presidente da República. Mesmo não estando diretamente envolvido na Lava-Jato, o tucano sente o drama da crise ética. Sua candidatura está isolada e não ganha aderência popular.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafrui**Título:** Sai decreto da Eletrobrás

O presidente Michel Temer assinou ontem o decreto que inclui a Eletrobrás no Plano Nacional de Desestatização (PND) e que vai permitir ao governo fazer as análises necessárias para privatizar a estatal ainda este ano. “Acabei de assinar um decreto que autoriza o início dos estudos para capitalização da Eletrobrás, tão logo o projeto seja aprovado pelo Congresso Nacional”, disse Temer em vídeo divulgado nas redes sociais. O texto será publicado hoje no Diário Oficial da União.

Para Mario Menel, presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), o decreto vai dar diretrizes e regulamentar o que deve ser feito no processo de privatização. “O objetivo principal é a contratação de estudos. Provavelmente, o decreto vai detalhar isso, o que não invalida o debate no Congresso Nacional, mas antecipa uma etapa”, avaliou. Tudo porque o Planalto tem pressa na privatização, que ganhou prioridade máxima na agenda econômica do governo.

Apesar disso, é consenso entre especialistas e parlamentares que a aprovação não será tarefa fácil. Nem mesmo a base aliada está propensa a votar a matéria antes das eleições, por temor de um reflexo negativo nas urnas. Ontem, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou que o texto “é vacinado contra intrigas” e deixa expresso que a capitalização só deverá acontecer após aprovação do projeto de lei que está no Congresso Nacional.

Segundo Marun, para evitar desgastes como o da semana passada, quando o recém-empossado **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, antecipou o anúncio do decreto, desagradando aos parlamentares, o governo alinhou a publicação com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). “O presidente Rodrigo manifestou preocupação em relação à possibilidade de que isso viesse a significar uma ultrapassagem do Congresso no processo. Foi estabelecido diálogo, e nós entendemos que o formato do texto desse decreto o tranquiliza”, completou.

Maia disse que continua trabalhando pela privatização da Eletrobrás, mas admitiu dificuldades na organização da base governista em torno da proposta. “A base tem tido dificuldade para organizar sua maioria. Mas tenho trabalhado a favor, porque acredito que é importante, que a modelagem é boa. Se o setor privado assumir a empresa, o Estado brasileiro vai deixar de gastar para manter

um sistema ineficiente”, analisou.

Expectativa

Nos Estados Unidos para participar do encontro do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse que a expectativa é de que a privatização da Eletrobrás envolva cerca de R\$ 12 bilhões, e que parte dos recursos seja dedicada à descotização, regime de cotas no qual o preço da energia é mantido abaixo dos valores de mercado. Com isso, o Tesouro poderá contar com bônus de assinatura.

Guardia destacou, no entanto, que, caso o governo não obtenha os recursos esperados com a venda da estatal, não será necessário fazer nenhum ajuste nas contas públicas, dado que esta possibilidade já estava contemplada nos cálculos do Orçamento pelo Poder Executivo. “O governo atua com três regras fiscais: meta de resultado primário, teto de despesas e a regra de ouro”, disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Petrobras negocia refinarias

Duas décadas após acabar com o monopólio da Petrobras na exploração e produção de petróleo no Brasil, mais um passo foi dado para a abertura do setor. A estatal anunciou ontem que vai vender 60% de quatro refinarias nas regiões Nordeste e Sul do país. Além de gerar caixa para a empresa, o esperado é que, com a participação da iniciativa privada, seja eliminada qualquer chance de o próximo governo interferir nos preços dos combustíveis, como aconteceu na gestão petista.

Sem a ingerência política nos negócios, a Petrobras espera atrair investidores, que devem ficar com 60% de quatro refinarias — Abreu e Lima, em Pernambuco; Rlam, na Bahia; Repar, no Paraná; e Refap, no Rio Grande do Sul —, além da infraestrutura de transporte de derivados de petróleo ligada a elas. Com isso, a participação de mercado da estatal passará dos atuais 98% para 75%.

“Na área de exploração e produção e na de refino, essa gestão de portfólio é fundamental para a Petrobras. O mesmo é feito em empresas do mundo inteiro”, disse o presidente da empresa, Pedro Parente.

O processo de transição e repasse do controle das quatro unidades deve durar

cerca de um ano. Os detalhes do plano ainda estão sendo definidos, para que sejam apresentados à diretoria executiva e ao conselho de administração da petroleira.

“O reposicionamento no setor prevê também a revitalização do parque do Rio de Janeiro, traçando um cenário de atuação da companhia caso consiga concretizar uma parceria para o término das obras do Comperj. Os parceiros, por exemplo, podem trazer os investimentos necessários para a expansão do refino, que, sozinha, a empresa teria maior dificuldades de fazer devido ao seu alto grau de endividamento atual”, afirmou o gerente-geral de Programas de Reestruturação de Negócios de Refino, Comercialização e Transporte, Arlindo Moreira Filho.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Anna Russi

Título: Gasolina abaixo de R\$ 4 está difícil

O orçamento do brasiliense continua pressionado pelo preço da gasolina. Na maioria dos postos, o combustível é vendido, em média, a R\$ 4,26. Dos 29 estabelecimentos pesquisados pelo Correio, em apenas três a gasolina foi encontrada a menos de R\$ 4 e, mesmo assim, só para quem paga em dinheiro ou com cartão de débito. Os clientes que optam pelo crédito são obrigados a desembolsar R\$ 4,29 pelo litro do combustível. Nas bombas do DF, o valor do etanol varia de R\$ 3,50 a R\$ 3,62; e o do diesel, de R\$ 3,70 a R\$ 3,80.

O preço do diesel, no entanto, pode variar nos próximos dias, já que, ontem, a Petrobras anunciou aumento de 0,35% nas refinarias. O litro do combustível nas distribuidoras passa de R\$ 1,9752 para R\$ 1,9822. O valor da gasolina se manteve inalterado, em R\$ 1,7199. Desde 3 de julho do ano passado a estatal adota novo formato de ajuste de preços, que ocorrem com maior frequência, inclusive diariamente.

Para o serralheiro Diego Dias, 29 anos, o preço do combustível tem grande impacto no orçamento familiar. Ele terá dificuldade de manter o uso do carro se todos os postos venderem gasolina a R\$ 4,26. “Acho bem caro e não sei se tem necessidade para tudo isso. Como consumidor, tento lidar com a alta, buscando os preços mais baixos. Mesmo sendo só no débito ou em dinheiro, acho que compensa”, disse.

Fábio Bentes, economista sênior da CNC, explicou que existem dois motivos para o aumento do preço da gasolina nos últimos meses. “Sem colocar juízo de

valor sobre ser pertinente ou não, a Petrobras tenta acompanhar o mercado exterior e repor o que perdeu quando o petróleo subia lá fora e a gasolina aqui dentro não acompanhava”, esclareceu.

O segundo motivo é a tributação. O aumento do PIS/Cofins, no ano passado, mudou o patamar do preço. “A consequência não poderia ser outra para o consumidor”, afirmou. De acordo com Bentes, o efeito claro desse processo de reajustes é a queda na venda.

A professora Patrícia Nunes, 39 anos, contou que se surpreendeu ao ver que em São Paulo a gasolina e o diesel estão cerca de R\$ 1 mais barato que no Distrito Federal. “É uma diferença muito grande e o DF, nitidamente, ainda enfrenta cartel. Para fugir disso, alguns postos encontraram a estratégia do pagamento à vista. O problema é que, não tendo como deixar de rodar, o cliente vira refém dessa forma de pagamento se quiser economizar um pouco”, opinou.

** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira*

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Andrea Jubé | De Brasília

Título: Ressalva em decreto põe em risco privatização rápida da Eletrobrás

A surpreendente inclusão de uma ressalva na redação final do decreto presidencial que autoriza a contratação de estudos sobre a privatização da Eletrobrás coloca em risco o desfecho do negócio no curto prazo, como quer o governo. A frase incluída após negociações com a Câmara dos Deputados dispõe que os estudos para a capitalização da empresa só terão início depois que o projeto de lei for aprovado no Congresso.

Pelo teor do decreto que será publicado na edição de hoje do "Diário Oficial da União" (DOU), a qualificação da Eletrobrás no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND) para início dos estudos pertinentes ocorrerá "tão logo seja aprovado pelo Congresso Nacional" o projeto de lei que trata da capitalização da empresa.

A negociação do texto final do documento arrastou-se por mais de um mês e o Valor apurou que a redação divulgada não passou pela área técnica. Para analistas de mercado, a condicionante incluída no texto equivale ao mesmo aceno político feito pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), em dezembro, quando anunciou que a reforma da Previdência seria votada em fevereiro. Na ocasião já havia ficado claro que a reforma previdenciária havia sido jogada para as calendas.

O problema é que o projeto de lei se arrasta em uma comissão especial da Câmara, sem expectativa de que seja votado em curto prazo de tempo no colegiado, ou levado diretamente para o plenário. A publicação hoje desse decreto é o desfecho de uma dura negociação do Planalto com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que fez a exigência de que ficasse claro que a aprovação do PL no Congresso Nacional precede a capitalização.

O que se depreende, no momento, é que ficou mais distante a receita de R\$ 12 bilhões esperada pelo governo com a privatização da empresa. A edição do decreto se tornou obrigatória por causa de uma lei de 2004 que proibiu a inclusão da Eletrobrás no programa de desestatização.

Uma medida provisória em tramitação no Congresso revogou este dispositivo, mas é a inclusão no PND, por meio deste decreto, que autoriza o início do processo, com a contratação de escritórios de advocacia e assessores financeiros para promoverem a modelagem técnica do negócio.

A redação final surpreende os interessados na privatização da empresa, porque, inicialmente, a publicação do decreto era defendida, justamente, para agilizar o rito de contratação dos estudos.

O decreto qualifica a Eletrobrás no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e inclui a empresa no Programa Nacional de Desestatização (PND), como já era esperado. O texto indica que o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) assumirá atribuições para a realização dos estudos da privatização e o **Ministério de Minas e Energia** estará encarregado de constituir e coordenar os grupos de trabalho.

O decreto foi assinado pelo presidente Michel Temer ontem à tarde, e imediatamente, o Planalto divulgou um vídeo comunicando o ato nas redes sociais do governo, ao mesmo tempo em que o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, dava entrevista sobre o assunto. **(Colaborou Daniel Rittner, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Relator de projeto sobre estatal indica diretor para ONS

O governo federal resolveu fazer uma mudança brusca no processo de sucessão de duas vagas que estão abertas na diretoria do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

O conselho de administração do ONS estava pronto para aprovar, em reunião marcada para hoje, as indicações de Sinval Gama e Marcelo Prais aos cargos detidos pelo Poder Executivo no órgão. O operador é uma entidade de direito privado, na qual as empresas do setor elétrico têm dois dos cinco assentos na cúpula. O diretor-geral também é indicado pelo governo.

A vaga que estava reservada para Prais, no entanto, será ocupada agora por um indicado do deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator do projeto de lei da Eletrobrás, que tramita lentamente no Congresso Nacional. Aleluia acertou com **o ministro de Minas e Energia, Wellington Moreira Franco**, a indicação do engenheiro Jaconias Aguiar, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A interferência causou revolta nas associações do setor elétrico e dentro do próprio ONS, já que Prais é um dos técnicos mais respeitados da casa e hoje atua como assessor para assuntos regulatórios da diretoria-geral. Há uma tentativa de última hora para reverter essa troca, movimento que é considerado como muito improvável.

Sinval, atual presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), já ocupou vários cargos no Sistema Eletrobrás. É considerado ligado à família Sarney, mas é muito bem visto no mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Francisco Gaetani

Título: A governabilidade da administração em jogo

Se os candidatos à Presidência e aos governos estaduais soubessem o que os aguarda em janeiro de 2019 pensariam duas vezes antes de se apresentar nas eleições. Os eleitos precisarão construir maiorias políticas no Legislativo para governar. Disso todos sabem. O que não sabem é que não encontrarão na sociedade e no serviço público pessoas dispostas a assumir os riscos associados ao exercício das atividades executivas. O motivo é simples: a percepção dominante é a de que não vale a pena. Uma eleição não tem poder de reparar essa situação.

O medo comanda hoje a administração pública. Até 2014, discutia-se a judicialização das políticas públicas. Um exemplo era a importação de remédios caros por decisão judicial. Evoluiu-se rapidamente para a criminalização da administração, como o inacabado e controverso debate em torno da política fiscal demonstrou. Finalmente, chegamos à paralisia. Afinal... "é o meu CPF que está em jogo". Ninguém quer ficar sujeito a interpretações de órgãos de

controle que, em muitos casos, não dominam plenamente as complexidades do assunto e partem do princípio de que o funcionário é suspeito: in dubio pro societate.

Inúmeros funcionários hoje respondem a processos decorrentes de acórdãos do TCU. Dirigentes de estatais já negociam "seguros" para ocupar suas funções. Pulamos de um extremo de descontrole e leniência para outro de regramentos e controles sem necessária vinculação com a natureza da atividade da organização - seja ela um banco público, um hospital universitário ou uma empresa de energia.

O setor privado encontra-se acuado, assustado e intimidado por burocracias opacas com poder de influenciar decisivamente seus negócios. Estão todos sob suspeita de práticas ilícitas cuja dosimetria nesta altura já não importa mais, independentemente das previsões legais. Conflitos tributários, arranjos regulatórios imperfeitos, práticas de governança corporativa, gestão de riscos reputacionais e novas realidades associadas ao combate à corrupção foram incorporados ao cálculo empresarial.

Ironicamente, o mundo jurídico tornou-se a principal fonte de insegurança jurídica e responsável por custos de transação imprevisíveis e incalculáveis. Nas esferas pública e privada o debate sobre eficiência e qualidade do gasto desapareceu. A temática do combate à corrupção eclipsou todos os demais. É como se o país precisasse parar para resolver o problema da corrupção de uma vez por todas.

Focar na paralisia da administração, sem observar as distorções que o excesso do controle tem gerado, tornou-se um lugar comum. Dados de uma pesquisa realizada pela Enap mostram que os gestores usam suas capacidades não para prover informações e evidências sobre a política em que trabalham, mas para responder a órgãos de controle e demandas de auditoria.

O mundo jurídico tornou-se a principal fonte de insegurança jurídica e responsável por custos imprevisíveis

Há um problema de assimetria de capacidades decorrente de um sequenciamento desbalanceado. A profissionalização do MPF e do TCU vem ocorrendo consistentemente desde a redemocratização. A organização da CGU acelerou-se após 2003. Os ministérios das áreas econômica e jurídica vêm se estruturando desde a estabilização macroeconômica. Os ministérios associados ao gasto, à legalidade e ao controle possuem quadros técnicos recrutados por concursos públicos, carreiras estruturadas e salários competitivos. Áreas como Saúde, Educação, Transportes e **Minas e Energia** enfrentam graves déficits de capacidade, em especial de pessoal.

O corporativismo dos estamentos burocráticos mostrou as imperfeições da nossa democracia. Não possuímos um regime de "checks and balances". O Judiciário, o TCU e o MPF são irresponsabilizáveis, salvo por seus pares, e, mesmo assim, as evidências recentes atestam a dificuldade de atuação do CNJ e CNMP.

O TCU tem demonstrado capacidade de exercer o controle externo de forma construtiva e efetiva, como tem ocorrido nas esferas de infraestrutura, governança e desenvolvimento regional. A atuação do MPF no combate à corrupção nos anos recentes vem dando impulso decisivo à moralização da Administração Pública. Estes avanços não podem ser comprometidos por excessos e distorções que comprometam o funcionamento do Estado. A presunção de culpa não se coaduna com o regime democrático e não pode se transformar em uma indústria que se auto-alimenta.

O PL nº 7448/2017, aprovado pelo Congresso e aguardando a sanção presidencial, dá um passo importante para recuperar o equilíbrio. A proposta busca trazer racionalidade às decisões administrativas, judiciais e de órgãos de controle, assegurando que as consequências práticas das decisões sejam levadas em conta, e que medidas para a mitigação de prejuízos à sociedade sejam implementadas sempre que necessário. A aplicação do direito não pode ocorrer de forma descolada da realidade: precisa levar em consideração os diversos impactos gerados pelas decisões, considerando o bem-estar da sociedade e assegurando uma previsibilidade mínima aos gestores públicos.

A governabilidade administrativa não depende apenas do Executivo. Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas são sócios da governabilidade do país. A guerra de facções corporativas, a disputa por recursos e a concorrência pelo poder precisam ser contidas pelas instituições do país. O corporativismo, o voluntarismo, o messianismo e o punitivismo precisam ser enfrentados para o país caminhar na direção de uma nova normalidade, aderente às práticas do regime democrático, sem prejuízo do combate à corrupção e da modernização da gestão pública.

Os problemas estruturais do país - integração na economia global, redução das desigualdades, aumento da produtividade e da competitividade, mudança climática e desenvolvimento regional, dentre outros - estão se agravando. O PL nº 7.448/2017 é um avanço na contenção de excessos e preservação da capacidade de gestão. Esta iniciativa é vital para o país sair do encurralamento paralisante.

Francisco Gaetani é presidente da Escola Nacional de Administração Pública e ex-Secretário-Executivo dos Ministérios do Planejamento e do Meio

Ambiente. É doutor pela London School of Economics and Political Science e professor da EBAPE/FGV.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Novo leilão pode tornar energia eólica mais cara

A fonte eólica passará por um teste de maturidade no próximo leilão de geração de energia, em 31 de agosto. Após os expressivos resultados obtidos nos últimos certames, o governo passou a considerar a fonte competitiva em relação a outras tecnologias e decidiu mudar a forma de contratação dos projetos do tipo na próxima disputa, do tipo "A-6", que negociará contratos de energia de novos empreendimentos com início de fornecimento em 2024. A mudança é sutil, mas poderá provocar uma elevação no preço da energia eólica que será contratada pelas distribuidoras, segundo executivos e especialistas do setor.

Portaria publicada pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** no início deste mês definiu que o contrato de energia eólica deixará de ser negociado por "disponibilidade" e passará a ser por "quantidade". Na prática, no modelo anterior, o risco de mercado associado à produção do parque eólico ficava com os consumidores. As eólicas recebiam uma tarifa pela disponibilidade dos ativos de geração, além de serem remuneradas pela energia realmente gerada, com medição anual - o que eliminava as diferenças sazonais.

No novo modelo, semelhante ao aplicado para as hidrelétricas, esse risco fica com o gerador, que precisará comprar energia no mercado de curto prazo, caso o parque gere um volume menor que o negociado no leilão.

Por isso, a expectativa é que haja uma elevação do preço da energia eólica, principalmente em relação ao último leilão, do tipo A-4, realizado no início deste mês, em que o preço médio da energia eólica foi o mais baixo da história, de R\$ 67,60 por megawatt-hora (MWh). Na ocasião do último leilão, o então presidente da Empresa de Pesquisa de Energia (EPE), Luiz Augusto Barroso, disse que, com o patamar de preço alcançado, "a indústria de renováveis mostra a maturidade necessária para não mais precisar de contratos por disponibilidade".

A Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), criticou a mudança. "A mudança do contrato por quantidade estaria num pacote maior de mudanças do setor, associadas à Consulta Pública 33 [minuta de projeto de lei de reforma do setor elétrico e que está na Casa Civil]. Querer tratar a fonte eólica por

quantidade em 2018 é querer adiantar, desnecessariamente, um ponto da CP 33. É colocar o carro na frente dos bois", disse Elbia Gannoum, presidente da entidade. "Será uma discussão relevante no futuro, mas é preciso que seja amadurecida, e que os agentes possam avaliar os riscos e impactos nos projetos", completou.

A executiva contou que enviou documento ao MME colocando as questões e solicitou uma audiência com o ministro Moreira Franco. "Entendemos que o contrato por quantidade precisa ser melhor estudado no mercado".

Ao **Valor**, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Eduardo Azevedo, contou que, por enquanto, está mantida a ideia de negociar contratos por quantidade para a energia eólica no leilão A-6. Segundo ele, se algum agente apresentar um pleito consistente tecnicamente que justifique a troca por disponibilidade, o assunto poderá ser avaliado. "Mas, por enquanto, não há essa previsão", explicou ele.

Para uma fonte ligada ao governo, os geradores eólicos podem mitigar o risco do parque comprando contratos de comercializadoras. Segundo ela, esse mecanismo pode funcionar como um "hedge" para os empreendedores.

Outro argumento a favor da mudança é que os investidores terão tempo para se adaptarem, pois o leilão só vai contratar projetos para 2014. "É razoável esperar que quando essas eólicas estiverem prontas, o regramento do setor elétrico terá evoluído como resultado das consultas públicas feitas ano passado", disse Claudio Sales, presidente do instituto Acende Brasil. Segundo ele, os contratos por quantidade se encaixam muito melhor com o cenário projetado para o futuro no setor elétrico, com novas tecnologias, aumento da geração distribuída e precificação horária de energia.

Para o presidente no Brasil da dinamarquesa Vestas, maior fabricante mundial de turbinas eólicas, Rogério Zampronha, a mudança vai requerer do setor uma modelagem diferente dos projetos. "A expectativa é que o preço [da eólica] suba, uma vez que você tem que garantir a quantidade nos períodos contratados", afirmou ele.

No mesmo sentido, David Lobo, diretor comercial do grupo Nordex, fornecedor de turbinas eólicas, prevê a ocorrência de deságios menores no próximo leilão. "Os preços-teto dos leilões comportam esse risco [ao gerador]. O que pode acontecer é a redução dos deságios em função do gerador querer mitigar o risco com uma contingência maior, mas acredito que isso não inviabilizará a eólica", explicou.

Segundo o executivo de uma geradora de energia que pediu anonimato, os contratos por quantidade sinalizarão o verdadeiro preço da energia eólica. "Por isso, o preço será mais alto".

Ainda não se sabe, porém, se os investidores têm elementos suficientes para prever o risco. "Como os leilões estão muito competitivos, os agentes podem desconsiderar a mudança na hora de aceitar os preços, o que pode ser péssimo, pois não conseguiriam precificar de forma adequada o risco", ponderou Élbis.

Para Fabiano de Brito, advogado do Mattos Filho, uma consequência esperada da mudança é a exposição dos geradores eólicos ao mercado de curto prazo, já que eles terão que arcar com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), caso o parque produza menos energia que o contratado.

"É difícil saber de antemão se a mudança vai dar certo. O risco vai depender do preço-teto que será colocado. Acho que, já que estamos reavaliando os riscos dos contratos das eólicas, o certo seria reavaliar também o risco de transmissão, que, desde 2013, está alocado com o gerador, que não tem uma forma de gerenciar esse risco. Isso não é razoável", disse Brito.

Já a diretora executiva da consultoria Thymos Energia, Thais Prandini, não prevê impacto significativo para os preços da energia eólica, com a mudança. "Vamos ter uma resposta mais concreta quando sair o detalhamento da sistemática [do leilão]", explicou ela.

Thais, porém, disse que a mudança traz benefícios às distribuidoras e também ao consumidor, pois reduz a quantidades de subsídios pagos pelo setor e traz mais realidade ao preço da energia.

Ainda sobre o próximo leilão, Elbis, da Abeeólica, demonstra preocupação com o volume de contratação de energia. "Um motivo de apreensão para nós, em relação ao A-6, é a demanda. É importante que tenhamos demanda para a fonte eólica. Pelas conversas que eu tive no mercado, a demanda deve ser superior a 1 GW [gigawatt] no total. E o governo deve pedir uma nova declaração de demanda das distribuidoras em uma data próxima do leilão, o que pode melhorar o cenário".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Eduardo Belo | De São Paulo

Título: Logística custa R\$ 15,5 bi a mais em dois anos com infraestrutura precária e restrição urbana

A falta de investimentos relevantes na infraestrutura de transporte nas últimas décadas somada a um problema mais recente - a restrição à circulação e distribuição de carga em áreas urbanas - tem elevado os gastos com logística das empresas. A deterioração dos meios de distribuição da produção fez esse custo crescer de 11,73% do faturamento bruto das empresas em 2015 para 12,37% em 2017. É o que aponta a pesquisa Custos Logísticos no Brasil, da Fundação Dom Cabral (FDC).

Esse aumento de 0,64 ponto percentual representa um gasto extra de R\$ 15,5 bilhões no biênio, a preços de 2017, de acordo com a Fundação. O professor Paulo Resende, coordenador do Núcleo de Logística, Supply Chain e Infraestrutura da FDC e responsável pela pesquisa, considera o percentual de 12,37% elevado. Para efeito de comparação, ele cita o equivalente na China (10% do faturamento bruto das empresas, em média) e dos Estados Unidos (8,5%). "Com a diferença de que lá o custo que pesa não é o do transporte, mas o da armazenagem", diz.

Na estrutura de custos logísticos das empresas, o transporte de longa distância é o fator mais oneroso, representando 40,1% desse tipo de despesa, seguido pela distribuição urbana (23,4%) e pela estocagem (17,7%). O modal rodoviário mantém o domínio absoluto entre os meios escolhidos para circulação das mercadorias: mais de três quartos do total. Já o hidroviário ocupa a lanterna, com menos de 1%.

Segundo a pesquisa, os custos logísticos que mais aumentaram no ano passado foram os de distribuição urbana, seguros, burocracia e rastreamento e segurança. Esse dado foi apurado conforme a percepção dos entrevistados, que atribuíram notas a cada quesito. Esses itens tiveram nota entre 3 e 3,2 num total de 5 - sendo 1 o menor impacto e 5, o maior.

As medidas mais adotadas para reduzir o impacto dos custos têm sido a terceirização de frotas (3,9 pontos em 5), negociação de maior prazo para entrega e transferência do custo logístico para os clientes (ambas com 2,7 pontos).

De acordo com o levantamento, os fatores que mais pesam no custo da logística para as empresas hoje são a falta de estrutura de apoio nas estradas, as restrições de circulação de veículos de carga e a formação de mão de obra.

A forte participação do modal rodoviário é um dos principais responsáveis pelo aumento dessas despesas, explica Paulo Resende, da Dom Cabral. "Todas as pesquisas mostram que a malha rodoviária brasileira se deteriorou muito nos últimos anos, sobretudo aquela administrada pelo setor público", comenta. Os grandes caminhões trafegam por estradas ruins e, quando se aproximam dos

centros urbanos, são obrigados a fazer o transbordo da carga, transferi-la para veículos menores para a distribuição urbana.

O transbordo em si já encarece a operação, mas o crescimento de restrições à circulação de carga pelos centros urbanos - criadas por conta dos congestionamentos - tem preocupado a indústria e o setor de transportes. Resende acredita que, em pouco tempo, essas restrições possam deixar de ser um problema exclusivamente de tráfego e se transformar em uma questão de abastecimento.

A restrição a veículos de cargas, adotada inicialmente por São Paulo há uma década, já vigora em todas as dez maiores regiões metropolitanas do país e começa a entrar também no radar das cidades médias, como Mossoró, de 300 mil habitantes, no Rio Grande do Norte. De acordo com Resende, cerca de 200 cidades de porte médio adotam a medida por questões ligadas à qualidade de vida. Figuram nesse rol as capitais Boa Vista (Roraima) e Macapá (Amapá), além das capixabas Cariacica, Cachoeiro do Itapemirim e Guarapari, a mineira Araxá e as paulistas Bauru, Cubatão e Diadema.

O problema da segurança também incomoda as empresas. O risco da carga é um item cada vez mais constante nas planilhas de custos de transporte. Ainda sem uma média do setor, Resende afirma que o custo do frete para o Rio de Janeiro, no eixo da Avenida Brasil, por exemplo, principal entrada da cidade, subiu 30% desde o ano passado por conta do aumento dos roubos de carga e dos riscos para os transportadores.

Para Resende, é preocupante o fato de que o custo logístico ficou proporcionalmente maior em um período de crise. Ele acredita que essa estrutura de custo só vai mudar no médio prazo com o crescimento da malha ferroviária, principalmente para atender o agronegócio, e com novas concessões de rodovias, especialmente na região Sul do país, onde há uma malha em condições mais propícias para ser explorada pelo setor privado.

Os investimentos em melhoria da infraestrutura rodoviária beneficiariam principalmente os setores de alimentos e bebidas, têxteis, vestuário e calçados, além de alguns polos da indústria de bens de capital, na avaliação de Resende.

Os segmentos da economia com menor impacto da logística sobre o custo são o farmacêutico (média de 4,7% do faturamento bruto), o de bens de capital (5%), a indústria automobilística (5,1%) e a eletroeletrônica (6,1%). Já nos segmentos da construção (18%), do agronegócio (20,7%), de papel e celulose (21,7%) e mineração (26,1%), o peso é maior.

A pesquisa da FDC reuniu 130 empresas de 13 segmentos, que representam 15,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (a preços de mercado de 2017).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Vanessa Adachi | De São Paulo

Título: Petrobras e Odebrecht chegam a impasse

Quando, em 19 de janeiro, a Petrobras publicou um anúncio ao mercado sobre a reorganização societária da Braskem com o propósito de converter todas suas ações em ordinárias, houve uma reação otimista de investidores, que acreditaram que um acordo sobre o fornecimento de nafta e a reorganização societária eram iminentes. Mas, passados três meses, o impasse prossegue.

A petrolífera dá prioridade à migração para o Novo Mercado porque pretende vender suas ações na petroquímica em uma oferta pública e quer um desfecho posterior para o contrato de fornecimento, enquanto a Odebrecht segue condicionando a reestruturação societária ao fechamento de um acordo de nafta de longo prazo.

O **Valor** apurou que a Petrobras propôs que uma consultoria independente seja contratada para fazer projeções sobre o preço da nafta no longo prazo, trabalho que poderia ser concluído em estimados seis meses e daria base para um novo contrato de fornecimento. Hoje, as estimativas estão a cargo de técnicos da Petrobras e Braskem, cada um com interesses próprios. Além de preço, não houve acordo ainda sobre o prazo.

A Odebrecht propõe um contrato de dez a 15 anos, enquanto Petrobras concorda com cinco a dez anos apenas. A petrolífera quer que a Odebrecht concorde com a reorganização societária antes da conclusão do trabalho da consultoria. A Odebrecht não quis ceder até agora.

No cenário ideal da estatal, a conversão das ações da Braskem em ON seria feita a tempo para que uma oferta de suas ações ocorra ainda no primeiro semestre. Na eventualidade de não haver a migração da Braskem para o Novo Mercado, a alienação da participação da Petrobras poderia ser feita de outra forma, porque a companhia não gostaria de adiar esse desinvestimento por mais tempo.

Embora o preço do petróleo Brent a US\$ 74 o barril ajude a acelerar sua desalavancagem financeira rumo ao pretendido índice de 2,5 vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) -quando fez seu orçamento considerou um petróleo a US\$ 53 -, a empresa ainda tem uma dívida elevada e o plano de desinvestimento segue uma prioridade.

Na esteira dessas negociações, até a tentativa da Odebrecht de obter novo financiamento bancário entrou no pacote. Para que possa tomar novos empréstimos bancários, a empresa queria dar ações ordinárias da Braskem em garantia. Como os papéis estão vinculados ao acordo de acionistas, a Odebrecht precisava de uma aprovação da Petrobras.

Tal necessidade converteu-se num obstáculo. A Petrobras não se negou a dar o aval, mas quer vincular essa questão à negociação mais ampla da migração para o Novo Mercado e fornecimento de nafta.

Diante de tal obstáculo, bancos e Odebrecht tentam garantir os novos créditos com ações PN.

A Petrobras informou que não comenta o assunto. Em nota, a Odebrecht declarou: "A Odebrecht S. A. informa que continua empenhada na negociação com os bancos de seu relacionamento. Por sua dimensão e pelo número de bancos envolvidos, trata-se de uma negociação complexa e demorada. Esta é uma operação de caráter estruturante para a Odebrecht e que ao mesmo tempo beneficiará todos os credores."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Vanessa Adachi | De São Paulo

Título: Novo crédito esbarra em estrutura de garantias

A maior dificuldade da Odebrecht para fechar com Itaú e Bradesco a liberação de R\$ 2,5 bilhões a R\$ 3 bilhões em dinheiro novo é equacionar os interesses dentro do consórcio de bancos que já estão garantidos com as ações que o grupo detém na Braskem. Para que as novas linhas sejam obtidas é preciso que Banco do Brasil e BNDES cedam garantias que já possuem em favor das novas linhas, reduzindo assim sua posição na hierarquia dos créditos.

Atualmente, a fatia de 38% que a Odebrecht possui na petroquímica já está comprometida com a cobertura de linhas que somam R\$ 7,5 bilhões. Como essa fatia, em 2017, teve valorização e vale agora R\$ 14,5 bilhões, o grupo busca levantar mais recursos sobre o mesmo ativo.

Inicialmente, Itaú e Bradesco, até então os menos expostos ao grupo, aceitaram fornecer os recursos desde que garantidos com ações ordinárias. Esse modelo significaria reformar a arquitetura atual (que inclui o capital votante da Braskem), o que demandaria aval da Petrobras, sócia no controle da empresa petroquímica. A estatal criou obstáculo para dar essa autorização (*ler texto nesta página*).

Ficou acertado, então, que a concessão dos recursos poderia ser garantida com ações preferenciais. Esses papéis, contudo, cobrem linhas do Banco do Brasil e do BNDES. Ambas as instituições estão relutantes, conforme o **Valor** apurou, em abrir mão de suas garantias diante das dificuldades que o grupo vem enfrentando para superar a crise que teve início com a Operação Lava-Jato. Como empresas de controle estatal, seus dirigentes correm o risco de serem questionados por órgãos de controle de contas públicas.

A Odebrecht corre contra o tempo para tentar evitar aumentar o volume da dívida já vencida e sem pagamento. Até o dia 25, a Odebrecht Engenharia e Construção (OEC) precisa honrar R\$ 500 milhões referentes a bônus emitidos no mercado externo. Caso não haja liquidação desse compromisso, os papéis entram no chamado período de "cura", uma espécie de prazo adicional de 30 dias para solução do problema. No total, os vencimentos da construtora são de R\$ 1,2 bilhão neste ano.

A ODB já está inadimplente. Neste momento, há R\$ 4 bilhões em compromissos vencidos e não honrados. A questão só não rendeu desdobramentos mais graves até o momento porque a empresa está em negociação com esses credores. Há R\$ 1,8 bilhão já vencido com o BNDES, referente à Usina Santo Antônio, e mais R\$ 2 bilhões, em compromissos não honrados no Peru, desde dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras venderá quatro refinarias

A Petrobras pretende vender 60% de sua participação nas refinarias dos polos do Nordeste e Sul, como parte de seu programa de parcerias e desinvestimento. O tão aguardado modelo de venda dos ativos de refino foi apresentado ontem pela empresa, que espera iniciar nos próximos meses o processo de privatização de quatro de suas 13 unidades. O presidente da petroleira, Pedro Parente, disse acreditar ser possível anunciar algum acordo ainda este ano, e concluir o negócio em 2019.

"Não é [um processo de desinvestimentos] simples, vai levar o ano todo, com certeza", disse Parente, a jornalistas, após apresentar o reposicionamento da estatal no refino para executivos do setor de óleo e gás.

De acordo com a versão preliminar apresentada pela Petrobras ao mercado, ontem, serão colocados à venda pela companhia uma fatia de 60% de dois polos regionais. O do Sul é composto pelas refinarias Refap (RS) e Repar (PR), que

correspondem a 18% da capacidade de processamento no Brasil e inclui, ainda, sete terminais e nove dutos associados aos ativos.

Já o polo Nordeste será composto pelas refinarias Rlam (BA) e Rnest (PE), que concentra 19% da capacidade nacional de refino, mais cinco terminais e 15 dutos. As unidades de Clara Camarão (RN) e Lubnor (CE) foram mantidas de fora do pacote de desinvestimentos.

Segundo Parente, a expectativa da companhia é aprovar internamente a modelagem final do processo "em duas ou três semanas". A intenção da Petrobras é colocar os dois polos à venda simultaneamente e atrair um sócio diferente para cada um deles. A estimativa é que a estatal possa levantar até US\$ 5 bilhões com a venda dos dois pacotes, de acordo com um analista de um grande banco de investimentos, que preferiu não se identificar.

Parente descartou, por ora, incluir as refinarias do Sudeste no programa. "O polo Sudeste teria uma complexidade muito grande", disse. "[Os polos do Nordeste e Sul] Não têm questões que complicariam a discussão, como por exemplo uma obra que hoje não produz, como o Comperj, que traria discussões complicadas sobre valoração [do ativo]. Houve um grande investimento realizado naquela obra e que não produz. E uma das maneiras de se fazer valoração de um ativo é pelo seu fluxo de caixa. E ele [Comperj] não tem", explicou.

Parente disse, ainda, que as conversas com os chineses para uma possível parceria nas obras de conclusão da refinaria do Comperj continuam, em paralelo à construção da modelagem do programa de parcerias e desinvestimentos no setor. Ele negou, contudo, que o acordo já tenha sido fechado. No ano passado, Petrobras e a estatal chinesa CNPC firmaram um acordo de cooperação que avalia, entre outras áreas, potenciais parcerias em refino no Rio de Janeiro.

Pelo modelo sugerido, a Petrobras ficará com uma fatia de 40% nos dois polos e manterá, ainda, uma participação de 100% nas demais nove refinarias da companhia. A previsão da companhia é que, com a modelagem estudada, a fatia de mercado da empresa no refino nacional caia de 99% para 75%.

Na avaliação do consultor Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o reposicionamento da Petrobras vai na direção correta, mas é "tímido". Segundo o economista, a estatal deveria vender integralmente os blocos de refinarias do Nordeste e Sul, ao invés de oferecer uma fatia de 60%.

Pires acredita que a venda integral desses ativos aumentaria o valor dos empreendimentos para a estatal, além de tornar o mercado de refino brasileiro mais competitivo.

"Por que não vende-los [os blocos do Nordeste e Sul] 100%?. Vai melhorar o valor do ativo. Se vender 100% vai ter um mercado [de refino] mais competitivo. A Petrobras não abriria mão de sua posição dominante no mercado de refino e teria um mercado mais competitivo", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Medida marca nova abertura do setor

O programa de desinvestimentos da Petrobras na área de refino marca um novo ciclo de abertura do mercado brasileiro. Segundo especialistas consultados pelo **Valor**, o principal desafio da estatal será vencer a desconfiança dos investidores em relação ao passado de controle de preços no Brasil.

A iniciativa privada passou por idas e vindas no país ao longo da história. O anúncio da venda de ativos da Petrobras acontece, aliás, no mês em que a nacionalização do refino, que ainda na era Getúlio Vargas afugentou os investidores estrangeiros do país, completa 80 anos. Hoje, apenas 1% da capacidade de refino nacional está nas mãos de empresas privadas.

O consultor João Carlos de Luca, que foi presidente da Repsol YPF no Brasil, último grande investidor privado no parque de refino nacional, explica que a política de controle de preços no governo PT foi o motivo pelo qual a hispano-argentina resolveu sair do país. A companhia era sócia da Petrobras na Refap (RS), mas resolveu vender em 2010 sua fatia de 30% no ativo.

"Nossa principal recomendação [para o sucesso da venda de ativos da Petrobras] é garantir a liberdade de preços", afirmou.

Diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone destaca que a lei garante preços livres no país desde 1997. "Não é por falta de lei [que o Brasil não atrai investimentos], e sim por falta de confiança e de prática [de liberdade de preços]", afirmou.

Consultor da Datagro e um dos membros do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Plínio Nastari acredita, por outro lado, que a venda do controle das quatro refinarias anunciadas pela Petrobras funcionará como uma espécie de "vacina" contra a volta da intervenção de preços no país.

"Se há controle por uma empresa privada, fica mais difícil o sócio [a Petrobras, controlada pela União] querer interferir em preços", afirmou Nastari.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, reconhece que atrelar os preços da empresa à cotação internacional do petróleo é "peça-chave" para atrair investidores.

"Temos que mostrar que o país está convicto sobre a política de preços [da Petrobras], porque é uma variável fundamental, peça-chave [para atrair investimentos]. A empresa não tem outro caminho. Sem ela [atual política de preços], ou a companhia toma prejuízo ou perde 'market share'", disse.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), diz que as grandes petroleiras estrangeiras têm, em geral, reduzido sua atuação no mercado mundial de refino, mas que os ativos da Petrobras têm potencial para atrair comercializadoras (tradings). Nos últimos anos, elas aumentaram a presença no país, de olho na importação de combustíveis.

O potencial do mercado nacional de derivados, o sétimo maior do mundo e que tem previsão de crescimento de 1,8% ao ano até 2030, segundo a Petrobras, é apontado como um atrativo.

"Não há lugar no mundo melhor que no Brasil [para investimentos em refino]... Estamos exportando 1 milhão de barris/dia de óleo cru e importando 600 mil barris/dia de derivados", **disse o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix.**

Para o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) existem desafios a serem enfrentados, para possibilitar a atração de investidores. Um deles é a necessidade de uma revisão "pontual" do regime tributário, de forma a reduzir a evasão fiscal no país. Outro é que a regulação sobre o livre acesso às instalações ociosas garanta os direitos do proprietário, além de respeito aos contratos.

Outro desafio para o modelo de parcerias em refino será o processo eleitoral este ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Propostas pela TAG

A Petrobras recebeu ontem as propostas vinculantes dos três interessados pela Transportadora Associada de Gás (TAG), segundo fontes ouvidas pelo **Valor**. A TAG é responsável por uma rede de gasodutos das regiões Norte e Nordeste e é o principal ativo à venda pela companhia neste momento. Os três grandes grupos no páreo por 90% da empresa são um consórcio formado por Mubadala, empresa de investimentos dos Emirados Árabes Unidos, e a EIG (dona da Prumo Logística); outro consórcio formado pelo grupo australiano Macquarie, o fundo de pensão canadense Canada Pension Plan Investment Board (CPP IB), o fundo soberano de Cingapura GIC e a Itaúsa; e um terceiro liderado pela Engie, com outros investidores.

Planos da Engie

A Engie mantém planos de vender seus ativos de geração a carvão no Brasil, mesmo com o encerramento das negociações com a britânica ContourGlobal para a venda das térmicas de Jorge Lacerda (SC) e Pampa Sul (RS), que somam 1.197 megawatts (MW) de potência. "Continuamos analisando oportunidade [de venda]", afirmou o presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Minoritários indicam dois nomes ao conselho da Braskem

Acionistas minoritários da Braskem podem voltar a ter um assento no conselho de administração, cuja eleição está marcada para 30 de abril. Ao menos dois nomes concorrem a uma das onze cadeiras, mas o processo expôs novo conflito entre a companhia e um grupo de minoritários liderados pelo empresário Lício Parisotto.

O fundo Geração Futuro L.Par, que tem Parisotto como cotista, três fundos de investimento e cinco investidores pessoa física lançaram a candidatura de Walter Luis Bernandes Albertoni (como membro efetivo) e Wilfredo João Vicente Gomes (suplente).

Para garantir a indicação, o grupo recorreu à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que autorizou a Braskem a incluir do nome de Albertoni no boletim de voto à distância depois de encerrado o prazo regulamentar. Minoritários e companhia responsabilizam um ao outro pelo atraso.

Agora, esses acionistas temem que a indicação de Albertoni não conste da "proxy card" que orientará os votos de acionistas detentores de ADRs (recibos de ações) diante do prazo exíguo. A participação do BNY Mellon, dono do

equivalente a 16% do capital preferencial da Braskem via ADRs, é vista como fundamental para as pretensões dos minoritários.

Para que candidatos dos minoritários consigam concorrer, uma votação em separado deve ser requisitada por titulares de ações ordinárias que representem ao menos 15% do total dessa classe de papéis ou por titulares de preferenciais que representem no mínimo 10% do capital do total - o Mellon tem cerca de 5% do capital total, metade do volume necessário.

Nos últimos dias, um segundo nome entrou na disputa. A Sojitz Corporation apresentou Satoshi Awaya e Shinichiro Aok como indicação dos ordinaristas - Albertoni é dos preferencialistas. Não houve tempo hábil para inclusão de Awaya e Aok no boletim de voto à distância reapresentado pela Braskem. Procurada, a companhia diz que "agiu em conformidade com as regras estabelecidas pela Lei das SA e pela CVM".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Renuka pode iniciar moagem na Usina Madhu em meio a impasse jurídico

A Renuka do Brasil, controlada pela indiana Shree Renuka Sugars e em recuperação judicial, cogita começar a moer cana da nova safra (2018/19) por conta própria na Usina Madhu, localizada em Promissão (SP), segundo fonte próxima à empresa. A decisão seria uma saída de curto prazo para a situação das usinas da Renuka nesta temporada, diante de mais um impasse na Justiça, já que seu plano de vender as unidades dentro da recuperação voltou a ficar em suspenso.

No fim de março, a Renuka protocolou na Justiça um novo plano de recuperação judicial que previa a venda da Usina Revati por meio de um leilão e previa a oferta da Usina Madhu ao investidor que ganhasse a disputa. O plano foi elaborado em conjunto com gestora de fundos americana Castlelake, que foi a única interessada em adquirir os ativos até o momento.

A ideia era que o leilão ocorresse o mais rápido possível, já que a safra 2018/19 já começou e a Castlelake teria pouco tempo para assumir a gestão das usinas e colocar ao menos uma delas para funcionar ainda nesta temporada. O plano da gestora era operar apenas a Usina Revati.

O plano, apresentado à Justiça em 28 de março, previa que a assembleia de credores que aprovaria o plano deveria ocorrer 31 dias após o protocolo, enquanto o leilão ocorreria no dia seguinte.

Contudo, no dia 2 de abril, o juiz responsável pelo caso, Daniel Carnio Costa, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, determinou que a Renuka deveria aguardar uma decisão de segunda instância que é esperada desde meados do ano passado a respeito de um recurso, ainda referente ao plano de recuperação anterior, que tenta impedir o leilão da Usina Revati.

O recurso foi apresentado na época pelo BNDES e recebeu parecer favorável, mas em caráter liminar. A liberação ou não do leilão depende do julgamento do recurso ou de ordem do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

As pessoas que acompanham o processo admitem que não há previsão de quando essa decisão pode sair. Por enquanto, a Castllake continua interessada em adquirir os ativos, mas o prolongamento dessa indefinição pode "mudar a percepção de valor" das usinas, segundo outra fonte envolvida nas negociações.

A perspectiva da Renuka é processar 3,5 milhões de toneladas de cana nesta safra, que é o que os contratos ainda vigentes com produtores da região conseguem lhe garantir de fornecimento, segundo uma fonte. A usina Madhu tem capacidade para processar até 6 milhões de toneladas de cana por temporada e é uma das maiores usinas sucroalcooleiras do país.

Conforme as fontes, não há cana suficiente na região em que as duas usinas estão localizadas que consiga ocupar a capacidade de ambas nesta safra, de forma que apenas uma teria como processar a matéria-prima do entorno neste ciclo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Celse capta R\$ 3,37 bilhões

A Centrais Elétricas de Sergipe (Celse) captou R\$ 3,37 bilhões com a emissão de debêntures de infraestrutura, regidas pela Lei 12.431. Os títulos terão vencimento em abril de 2032 e uma remuneração prefixada de 9,85% ao ano. O Goldman Sachs atuou como coordenador líder da operação e o agente fiduciário é a Pentágono. **(Daniela Meibak)**

Emissão da Sinop Energia

A Sinop Energia prepara emissão de até R\$ 250 milhões em debêntures de infraestrutura, regidas pela Lei 12.431, com a finalidade de financiar a

implementação da Usina Hidrelétrica Sinop e do seu sistema de transmissão. Os títulos terão vencimento em junho de 2032, com atualização monetária pelo IPCA e remuneração a ser definida, mas limitada à maior taxa entre o cupom da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA com vencimento em 2026 acrescida de spread de 2,5% ao ano e taxa de 7,3% ao ano. Os papéis serão amortizados em 14 parcelas, a partir de dezembro de 2019. As debêntures terão garantias reais compartilhadas com o BNDES, que incluem penhor de 100% das ações da emissora, cessão fiduciária de direitos creditórios do contrato de concessão, bem como os contratos de compra e venda de energia e outros direitos e receitas decorrentes do projeto. **(Daniela Meibak)**

MME / ASCOM .